

Cleyson de Moraes Mello

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ
Professor do PPGD da UERJ e UVA
Coordenador do Curso de Direito do UniFAA
Professor Adjunto do Departamento de Teorias e
Fundamentos do Direito (UERJ)
Advogado

Mandado de Segurança

Individual | Coletivo



EDITORA PROCESSO

Tels: (21) 3128-5531 / (21) 3889-8181 / (21) 2209-0401

www.editoraprocesso.com.br

www.catalivros.com.br

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio LTDA ME

Copyright © 2021 - Cleyson de Moraes Mello

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comitre Giberton

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Cleyson de Moraes Mello

Eneas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedroso

Hélio do Vale Pereira

Joyceane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Lagreca Casamasso

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martonio Mont' Alverne Barreto Lima

Mauricio Moreira Menezes

Melhim Namem Chalhub

Ricardo Calderón

Sergio Campinho

Zeno Veloso

Diagramação - Mariana Carvalho

Capa - Alexander Marins

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

MELLO, Cleyson de Moraes

1184182

M343m Mandado de Segurança - Cleyson de Moraes Mello

Rio de Janeiro: Processo 2021
177p. ; 23cm

ISBN 978-85-93741-88-3

1. Direito penal. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

Capítulo 1 – PRIMEIRAS LINHAS	15
1.1 Introdução.....	15
1.2 Histórico do Mandado de Segurança.....	16
1.3 Natureza Jurídica	21
1.4 Características Gerais	22
1.5 Objeto – Hipóteses de Não Cabimento de Mandado de Segurança	25
1.5.1 Atos de Gestão Comercial	26
1.5.2 Ato do Qual Caiba Recurso Administrativo com Efeito Suspensivo.....	27
1.5.3 Decisão Judicial da Qual Caiba Recurso com Efeito Suspensivo.....	29
1.5.4 Decisão Judicial Transitada em Julgado.....	30
1.5.4.1 Exceção: Cabe Mandado de Segurança para o Exercício do Controle da Competência dos Juizados Especiais.....	31
1.5.4.2 Exceção: no Curso do Processamento do Mandado de Segurança Ocorrer o Trânsito em Julgado.....	32
1.5.5 Ato Jurisdicional que Defere o Desbloqueio de Bens e Valores.....	33
1.5.6 Decisão Proferida em Execução Fiscal no Contexto do Art. 34 da Lei nº 6.830/1980.....	34
1.5.7 Ato Legislativo (Lei em Tese).....	35
1.5.8 Atos <i>Interna Corporis</i>	36
1.5.9 Atos Políticos.....	36
1.5.10 Decisão Interlocutória nos Juizados Especiais	37
1.6 Mandado de Segurança Preventivo e Repressivo.....	37

Capítulo 2 – DIREITO LÍQUIDO E CERTO	39
2.1 Conceito de Direito Líquido e Certo	39
2.2 Questões Controvertidas de Direito.....	41
2.3 Mandado de Segurança sem Prova Documental	42
2.4 Lei de Efeitos Concretos	42
2.5 Prazo: Decadência e Direito Líquido e Certo	43
Capítulo 3 – PARTES	47
3.1 Legitimidade Ativa no Mandado de Segurança Individual	47
3.2 Litisconsórcio Facultativo Ativo	47
3.3 Sucessão Processual	49
3.4 Substituição Processual	50
3.5 Legitimidade Passiva no Mandado de Segurança Individual... ..	51
3.5.1 Teoria da Encampação.....	56
3.5.2 Autoridade Coatora em Atos Colegiados, Atos Complexos e Atos Compostos.....	58
3.5.3 Autoridades Públicas por Equiparação.....	64
3.6 Intervenção de Terceiros e Mandado de Segurança	70
Capítulo 4 – COMPETÊNCIA.....	73
4.1 Introdução.....	73
4.2 Competência Absoluta e Relativa.....	73
4.3 Regras Gerais para Apuração de Competência	74
4.4 Critérios para a Fixação da Competência	77
4.5 Competência do Supremo Tribunal Federal - STF.....	79
4.6 Competência do Superior Tribunal de Justiça - STJ	81
4.7 Competência do Tribunal Superior Eleitoral.....	82
4.8 Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	83
4.9 Competência do Tribunal Regional do Trabalho	83
4.10 Competência da Justiça do Trabalho	83

4.11	Competência da Justiça Federal	83
4.12	Competência dos Tribunais de Justiça.....	84
4.13	Competência da Turma Recursal do Juizado Especial.....	85
4.14	Competência dos Juizados Especiais Federais	85
4.15	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	86
4.16	Causas contra a União	87
4.17	Quadro Resumo	88
Capítulo 5 – PETIÇÃO INICIAL E PROCEDIMENTOS		93
5.1	Petição Inicial	93
5.2	Emenda da Petição Inicial	95
5.3	Admissibilidade	96
5.4	Indeferimento da Petição Inicial.....	97
5.5	Litispêndência e Mandado de Segurança	99
5.6	Procedimentos no Mandado de Segurança.....	101
5.7	Medida Liminar	101
5.8	Prioridade no Processo do Mandado de Segurança.....	105
5.9	Manifestação do Ministério Público.....	106
5.10	Sentença.....	108
5.11	Coisa Julgada e Período Pretérito.....	109
5.12	Suspensão da Segurança.....	112
5.12.1	Conceito.....	112
5.12.2	Partes	112
5.12.3	Objeto	113
5.12.4	Competência	114
5.12.5	Reiteração do Pleito e Agravo Interno	115
5.12.6	Expansão dos Efeitos da Suspensão	116
5.13	Procedimento nos Casos de Competência Originária dos Tribunais.....	119

5.14 Recurso Ordinário Constitucional para o STF	119
5.15 Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	119
5.16 Recurso Especial para o STJ	120
5.17 Quadro-Resumo: Recursos	120
5.18 Sanção pelo Descumprimento – Crime de Desobediência ...	121
5.19 Desistência do Mandado de Segurança	122
5.20 Mandado de Segurança e Ação Comum.....	123
5.21 Mandado de Segurança e Ação Rescisória.....	123
Capítulo 6 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	127
6.1 Introdução.....	127
6.2 Mandado de Segurança Coletivo (Art. 5º, LXX, CRFB/88)..	130
6.3 Bens Jurídicos Tutelados.....	136
6.4 Coisa Julgada e Litispendência.....	138
6.5 Liminar	139
Capítulo 7 – REPERCUSSÕES GERAIS, RECURSOS REPETITIVOS E SÚMULAS (STF E STJ) ENVOLVENDO MANDADO DE SEGURANÇA.	141
7.1 Repercussões Gerais.....	141
7.2 Recursos Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça	142
7.3 Súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF).....	143
7.4 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	146
REFERÊNCIAS.....	149
 ANEXO I	
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO PELO PDT CONTRA ATO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA JAIR BOLSONARO NOMEANDO ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL.....	151
 ANEXO II	
LEI 12.016/2009 (DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO).....	169